



Desemprego no Brasil: primeiro trimestre de 2018 e primeiro trimestre de 2019

Otávio Junio Faria Neves

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alfenas-MG

E-mail: otavionevescg@hotmail.com

Italo do Nascimento Mendonça

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alfenas-MG

E-mail: italovga@hotmail.com

Carolina Rocha Batista

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alfenas-MG

E-mail: carolrb15@hotmail.com

Arnaldo Renê Diaz Bonilla

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alfenas-MG

E-mail: darnaldorene@yahoo.com

Resumo: Por meio deste estudo analisam-se as mudanças na composição do desemprego no Brasil no primeiro trimestre de 2018 e no primeiro trimestre de 2019. Apresenta-se a decomposição dos indicadores a partir da aplicação da metodologia proposta por Corseuil et. al (1997). Os principais resultados indicam que o perfil dos desempregados no Brasil se alterou ao longo dos anos. Verificou-se que a região Centro-Oeste, os indígenas, as mulheres, os indivíduos com especialização, mestrado e/ou doutorado e as pessoas acima de 61 anos foram os que mais contribuíram para o desemprego total do país. Constatou-se que os fatores relacionados a demanda por trabalho tiveram uma maior intensidade nestes resultados. Desta forma, esses fatores devem ser motivos de elaboração de políticas públicas.

Palavras-chave: Desemprego; Decomposição; Conjuntura econômica

Abstract: *This study analyzes the changes in the composition of unemployment in Brazil in the first quarter of 2018 and the first half of 2019. The decomposition of the indicators is presented by applying the methodology proposed by Corseuil et. al (1997). The main results indicate that the profile of the unemployed in Brazil has changed over the years. It was found that the Midwest region, indigenous people, women, individuals with specialization, masters and / or doctorates and people over 61 years old contributed the most to the total unemployment in the country. It was found that the factors related to*

the demand for work had a higher intensity in these results. Thus, these factors should be reasons for the development of public policies.

Key words: *Unemployment; Decomposition; Economic conjuncture*

JEL Code:

1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre as características do desemprego têm sido recorrentes entre os pesquisadores. Esse tema diz respeito a um dos problemas que mais impactam o bem-estar dos trabalhadores, visto que a disfunção do mesmo, tanto em demissão ou contratação, influencia a criação de empregos e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico do país. Quanto maior a taxa de desemprego de uma nação, maiores os gastos do governo com os programas de seguridade do trabalhador e, diante das demissões, o impacto negativo sobre o consumo inviabiliza a geração de renda na economia.

A conjuntura econômica do país passou por grandes transformações nas últimas décadas, colaborando para baixas taxas de desemprego. De acordo com Baltar (2015), o crescimento da economia brasileira no período de 2004-2008 reativou o mercado de trabalho, promovendo aspectos satisfatórios para o país. Ainda segundo o autor, o cenário internacional favoreceu para esse feito, sendo que a melhora nos termos de troca no comércio entre os países persuadiu de maneira positiva neste processo.

Mesmo com a crise internacional vivenciada em 2008, as taxas de desemprego seguiram uma trajetória de decréscimo até o ano de 2014. A partir deste ano, houve mudanças na política econômica do país, modificando o rumo do desemprego. Após 2015, as condições de inserção no mercado de trabalho ficaram mais difíceis para os brasileiros, culminando em altas taxas de desocupação nos anos posteriores.

Diante dos acirramentos políticos vivenciados no país, ocorreram mudanças na política econômica, acarretando conseqüências negativas para o mercado de trabalho brasileiro. O ano de 2018 foi destaque devido as disputas na esfera política e econômica, tendo em conta o período da eleição presidencial. Consoante a Carvalho e Junior (2019), o início de 2019 ainda estava marcado por uma alta taxa de desemprego, com decorrência do baixo dinamismo da atividade econômica, em virtude da queda do consumo e do seu efeito na demanda agregada. Entretanto, houve uma elevação da

ocupação no mercado de trabalho. Todavia, esse fato não pode ser interpretado de maneira positiva, pois a maioria destas ocupações aconteceram no setor informal.

Perante ao cenário econômico do país exposto acima, a presente pesquisa tem como intuito examinar as mudanças na composição do desemprego do Brasil entre o primeiro trimestre de 2018 e o primeiro trimestre de 2019, com base na metodologia de Corseuil *et al.* (1997). O autor desenvolveu este estudo a fim de decompor as mudanças nos estoques de desempregados. Com este propósito, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) dos referidos trimestres. Julga-se importante o estudo sobre o desemprego, devido o mesmo ter impacto no bem-estar dos trabalhadores e ser importante para a expansão ou contração da economia, diante de uma maior ou menor criação de postos de trabalhos.

Esta pesquisa está estruturada em cinco seções, além desta introdução. Na primeira, serão discutidas as abordagens sobre o tema. Na segunda, serão evidenciados aspectos do mercado de trabalho e da conjuntura econômica do país. Na terceira, discute-se brevemente a relação do desemprego com a escolaridade. Na quarta, expõe-se a metodologia desenvolvida por Corseuil *et. al* (1997). Em seguida, são demonstradas as estimações e decomposições realizadas para o Brasil, considerando: região, raça, idade, escolaridade e sexo. Por fim, serão denotadas as principais conclusões do trabalho.

2 ABORDAGENS SOBRE O DESEMPREGO

O conceito de desemprego pode ser diferente conforme a abordagem estudada. Sendo assim, nesta seção serão discutidas duas vertentes importantes sobre o tema, sendo elas a abordagem clássica e a abordagem keynesiana. Além disso, é discutido como a evolução de tais vertentes se relaciona com a Reforma Trabalhista no Brasil, no contexto ao que tange o Novo Consenso macroeconômico. A distinção entre a teoria clássica e a teoria keynesiana relacionada ao mercado de trabalho reside, principalmente, na questão entre a determinação do emprego e do produto. Enquanto para os clássicos, o nível de emprego é quem determina o produto, para Keynes é o produto, através da demanda efetiva, o que vai determinar o nível de emprego.

2.1 Abordagem clássica

Para os clássicos, os trabalhadores são responsáveis pelo seu desemprego e não é a demanda que estabelece o nível de emprego, mas é o emprego, por meio do salário real, que define o nível de renda, do produto e da demanda da economia. Desta maneira, o funcionamento do mercado de trabalho é essencial, visto que se o mesmo não estiver em equilíbrio, desregulam-se outros mercados e impactando negativamente toda a economia. Consequentemente, a teoria clássica coloca o equilíbrio do mercado de trabalho como um fator preponderante para que a economia funcione (DATHEIN, 2000).

De acordo com Froyen (2003), na economia clássica, o nível de emprego e o salário real são determinados por três variáveis e uma condição: função de produção, função oferta de trabalho, função demanda por trabalho e pela condição de equilíbrio do mercado de trabalho.

Sob o pressuposto de que o mercado é competitivo e as decisões sobre o mercado de trabalho são diretamente relacionadas com o nível de produção, determina-se que a firma aumentará sua produção até o ponto em que o custo marginal for igual a receita marginal. Além disso, dada a condição de maximização de lucros o salário real deverá ser igual ao produto marginal do trabalho, o que determina assim, a curva de demanda por trabalho. Por outro lado, a curva de oferta de trabalho surge da decisão individual do trabalhador entre o *trade-off* renda ou lazer. Desta forma determina-se que o nível de oferta de trabalho será diretamente proporcional ao salário real induzindo a suposição de que quanto maior o salário real, maior será o nível de emprego (FROYEN, 2003).

A partir de tais considerações, a economia clássica considera que o salário real, nível de produto e emprego são tidos como variáveis endógenas determinados exclusivamente por fatores do lado da oferta como explicitado na Lei de Say. Além disso, para os clássicos, os preços e salários são variáveis perfeitamente flexíveis e que a informação dos agentes é perfeita. Sendo assim, para a teoria clássica, todo desemprego é tido como voluntário.

O desemprego voluntário é defendido por essa abordagem, e o mesmo está relacionado a exigência de salários reais acima do equilíbrio. Em um cenário de salários altos e o custo marginal excedendo a produtividade, haverá um excesso de oferta de mão

de obra no mercado de trabalho (OCIO, 1995). Esta maneira de entender o desemprego passou a ser questionadas pela abordagem keynesiana. Nesse sentido, no próximo tópico será discutida essa teoria.

2.2 Abordagem keynesiana

A vertente keynesiana é analisada de maneira geral, sendo o nível de atividade econômica importante para explicar o desemprego. Em economia de mercado, tende a existir o desemprego involuntário: mesmo que as pessoas aceitem adquirir o salário real oferecido pelo empregador, podem não obter o posto de trabalho.

Para Keynes, o nível de emprego e salário real são determinados pela demanda efetiva. Se não existir demanda para os trabalhadores, eles continuarão “involuntariamente” desempregados, independentemente se aceitarem ou não com alguma redução de seus ganhos (OCIO, 1995). Segundo Neves e Silva (2017, p.49) “os trabalhadores não tem a opção entre trabalhar e não trabalhar, a maioria deles não podem usufruir desta escolha, pois muitos trabalham por uma questão de sobrevivência”.

De maneira inicial, a abordagem Keynesiana sobre o mercado de trabalho consiste, basicamente na análise de dois postulados da economia clássica. Keynes (1996, p.46) ao analisar o nível de emprego, aceita o primeiro postulado da economia clássica que possibilita encontrar a função de demanda por trabalho, intitulado “o salário é igual ao produto marginal do trabalho” e rejeita o segundo postulado que permite encontrar a função de oferta de trabalho e diz que “[...] a utilidade do salário, quando se emprega determinado volume de trabalho, é igual à desutilidade marginal desse mesmo volume de emprego”.

A aceitação e rejeição de tais postulados refere-se principalmente na questão de barganha entre os trabalhadores e empresários. Enquanto os clássicos entendem que as negociações entre tais agentes econômicos é o que determina o salário real, Keynes analisa que a barganha entre trabalhadores e empresários determina apenas o nível de salário nominal. Isto decorre do fato de que, no curto prazo, os salários nominais são

rígidos, ou seja, são menos flexíveis que os preços. Já no longo prazo, o salário a ser determinado se torna o salário real, visto que a uma flexibilização dos salários nominais.

2.3 O novo consenso e a Reforma Trabalhista no Brasil

Com a evolução das teorias macroeconômicas surgiu, durante a década de 1990, a Nova Síntese Neoclássica, também conhecida como o “Novo Consenso” no intuito de explicar as flutuações econômicas. Esta teoria surgiu com uma tentativa de sintetizar argumentos dos autores Novo Clássicos e também de autores Novo Keynesianos a fim de obter uma convergência entre ambos como uma “combinação de elementos desenvolvidos pelas correntes Novo Clássico, Novo Keynesiano e Real Business Cycle, que se insere em uma moldura teórica e prática desenvolvida, sobretudo, pelos monetaristas, com ênfase na condução do instrumento monetário”. (TEIXEIRA; MISSIO, 2011, p.276).

Tal escola de pensamento se baseia em dois argumentos principais: o conceito de rigidez nominal e o modelo de equilíbrio geral dinâmico. O modelo de equilíbrio geral dinâmico descreve que os agentes econômicos, a partir do uso da racionalidade, conseguem escolher e determinar as decisões ótimas analisando não só o presente, como também as consequências futuras. Sob o ponto de vista do conceito de rigidez nominal, caso exista um desequilíbrio entre a demanda e oferta no mercado de bens ou no mercado de trabalho, não há possibilidade de preços e salários responderem imediatamente a tal desequilíbrio, fazendo com que ocorra uma certa rigidez na qual os preços demoram a reagir. Tal caracterização da rigidez nominal pode ser exemplificada como o “custo de menu”, isto é, custo de ajustamento de preços e também pela demora da resposta de aumento do lucro em caso de aumento imediato dos preços. Entretanto, ao longo do tempo, os preços podem acabar de se ajustar, levando a um novo equilíbrio com preços flexíveis (TEIXEIRA; MISSIO, 2011).

Desta forma, a partir da incorporação do argumento da rigidez nominal na teoria econômica, tal argumento, assim como outros relacionados as imperfeições dos mercados, aparece como uma forma de explicar o desemprego e como combatê-lo a partir da flexibilização do mercado de trabalho, anteriormente discutido de maneira distinta entre as escolas macroeconômicas.

Para Manzano e Caldeira (2018) dada a existência da rigidez do mercado de trabalho nacional, a Reforma Trabalhista no Brasil, aparece como uma alternativa de redução do desemprego, aumento de produtividade e redução dos custos do trabalho. Em outras palavras, com pouca flexibilidade na determinação dos salários, a ocorrência de desemprego aparece como inevitável, sendo a flexibilização das leis trabalhistas uma solução viável para aumento do emprego no país. Entretanto, observa-se que, na prática, tal Reforma contribuiu em alguns pontos de forma negativa, como no caso do aumento da informalidade e surgimento de novas formas de precarização do trabalho.

Um dos argumentos defendidos pela Reforma Trabalhista é o que foi citado nos argumentos da teoria clássica: o salário é quem determina o equilíbrio entre a demanda e oferta por trabalho e não há, portanto, desemprego involuntário. Neste ponto, dada as evoluções acerca da teoria macroeconômica e a aceitação de que o mercado não é perfeito, sujeito a rigidez dos salários, entre outras imperfeições, surgiu a linha conhecida como Novo Keynesiana tendo como principal argumento para justificar a existência de desemprego, a questão da rigidez salarial. Apesar do nome Novo Keynesiano, tal escola entra em contradição com a própria teoria de Keynes, que via o desequilíbrio do mercado de trabalho como consequência de fatores relacionados a demanda (MANZANO; CALDEIRA, 2018).

Enquanto os Novos Keynesianos apontam a falta de flexibilidade do mercado de trabalho como fator fundamental para promover a queda do salário real e consequentemente promover o desequilíbrio entre o salário real e produtividade do trabalho, a visão de Keynes sobre o nível de emprego está diretamente relacionada com a demanda efetiva. Para Keynes, o nível de emprego da economia é determinado via mercado de bens, e não no mercado de trabalho, como se referia a Lei de Say.

Desta forma, a discussão do Novo Consenso macroeconômico, uma vez incorporado alguns pressupostos da teoria clássica e da teoria Novo Keynesiana, entra em contradição com a própria teoria de Keynes através das falhas de ajuste do mercado. Sendo assim, a Reforma Trabalhista de 2017, ao utilizar pressupostos Novo Keynesianos está induzindo a ações que reduzirão ainda mais os direitos trabalhistas, provocarão queda dos salários e maior riscos aos empregados. Além disso, os elementos como

aumento da pejetização, aumento da rotatividade do trabalho, terceirização, trabalho intermitente, entre outros, contribuem para aprofundamento da heterogeneidade que é característica do mercado de trabalho brasileiro como também aprofundamento da desigualdade social. (KREIN, 2018).

Com base nas prerrogativas sobre o desemprego, percebe-se que o entendimento da caracterização teórica do desemprego é complexo, pois a interpretação do tema é feita de maneiras diferentes pelas vertentes presentes na economia. A seguir serão evidenciados aspectos recentes do mercado de trabalho e da conjuntura econômica do país.

3 ASPECTOS RECENTES DO MERCADO DE TRABALHO E A CONJUNTURA ECONÔMICA DO PAÍS

Para análise das mudanças na composição do desemprego no Brasil, faz-se necessário, contextualizar alguns pontos recentes do mercado de trabalho e da conjuntura econômica do país. Conforme Pochmann (2001), houve alterações no perfil dos desempregados brasileiros, deixando de ser um fenômeno que atingia âmbitos específicos do mercado de trabalho – jovens, negros, analfabetos, mulheres, pessoas sem qualificação profissional e trabalhadores com pouca experiência – e, a partir de 2000, o desemprego passou a ser um fenômeno heterogêneo, dado que atingiu todos os segmentos, inclusive pessoas com maior grau de escolaridade e profissionais com altas remunerações.

O início dos anos 2000 foi marcado pela recuperação da economia mundial e pelo pequeno progresso da economia brasileira, fragilizando de forma inexpressiva os notáveis índices de precariedade do mercado de trabalho do país (MAIA, 2007). Essa reversão deu a possibilidade de recuperação da economia, em decorrência da ascensão de um novo governo e do ciclo internacional das commodities, que, simultaneamente com a desvalorização da moeda, derivou-se na elevação das exportações e na geração de novos postos de trabalhos. No entanto, foi somente a partir de 2003 que houve melhoras evidentes na economia brasileira, impulsionadas pela demanda agregada.

Na crise do Plano Real, foi feito um ajuste na economia, acarretando efeitos negativos para a taxa de desemprego e resultando em um alto desemprego no Brasil metropolitano até meados de 2003. A partir desse ano a taxa de desocupação entrou em decréscimo, ainda que ligeiramente interrompido pela crise global de 2008. A reversão das políticas econômicas de cunho neoliberal proporcionou a diminuição do desemprego, e a reestruturação do mercado de trabalho brasileiro (POCHMANN, 2015).

O período de 2004 a 2013 foi caracterizado por grande crescimento econômico com inclusão social na economia do país. A população economicamente ativa elevou-se muito menos do que os postos de trabalhos formais, transfigurando o que vinha sucedendo desde a cessação da industrialização, na década de 1980. Desta maneira, não reduziram apenas os desempregados, mas também os trabalhadores sem carteira de trabalho, os postos não remunerados e os empregados domésticos (BALTAR; SOUEN; CAMPOS, 2017).

Todavia, após 2014, houve uma transformação no emprego e na renda do país, obstante as transformações políticas e a crise econômica, que culminaram no regresso do mercado de trabalho, com aumento da taxa de desocupação e da redução do Produto Interno Bruto. Segundo Pochmann (2015), a partir deste ano ocorreram mudanças na política econômica do país, alterando a trajetória do desemprego. A queda do desemprego entre 2004-2014, se deve as políticas adotadas pelo governo com cunho anticíclicas.

Após um período no qual o PIB apresentou taxas de crescimento positivo – até o final de 2014 – a conjuntura econômica brasileira se altera para um quadro reverso, com deterioração das contas públicas e erros de condução de política econômica e fiscal.

Segundo Rossi e Melo (2017), as características do mercado de trabalho se alteram profundamente, com aumento expressivo na taxa de desocupados na economia. Para os autores, isso se deve a mudanças importantes nesse contexto: do lado da demanda agregada, reduz-se o nível de investimentos e, com a elevação do desemprego, reduz-se o consumo das famílias. A autoridade central, por sua vez, deixou de criar estímulos para evitar o desmantelamento do mercado de trabalho.

Com o início da crise, em 2015, temos um ponto de inflexão nas condições do mercado de trabalho nacional. As chances de indivíduos de qualquer sexo entrarem nas estatísticas de desocupação começaram a se elevar, devido à intensidade da crise econômica (GOMES et. al, 2019).

As políticas macroeconômicas do governo federal entre 2015 e 2016 evidenciaram um choque contracionista na economia. Segundo Mello (2019), tais medidas consistiram em elevação na taxa de juros, queda dos gastos governamentais, desvalorização cambial e um equivocado controle de preços (que aumentaram, nesse momento). Todas elas contribuíram para o quadro de depressão econômica com consequentes reflexos no mercado de trabalho, sendo o ápice desta crise no quarto trimestre de 2016.

Em relação à evolução da formalidade ou não do mercado de trabalho após o ponto de inflexão, em 2015, estudos concluem que o nível de emprego formal começa a se reduzir consideravelmente, tendo como contrapartida o aumento da informalidade (TROVÃO, 2017; SILVA et. al, 2019), o que traduz uma característica inerente à economias em desenvolvimento, como a do Brasil: em momentos de crise econômica, aumenta-se a informalidade do trabalho (SICSÚ, 2019).

A taxa de desocupação no Brasil cresceu de 6,5% no último trimestre de 2014 para 10,9% no primeiro trimestre de 2016¹, ou seja, 4,4% em um período de pouco mais de um ano, apenas. Isso deixa explícito a mudança no mercado de trabalho provocada pela crise.

Em 2016, com acirramentos de disputas políticas que praticamente deixaram impossíveis as condições de governabilidade, o quadro não foi diferente. Durante todo este ano houve aumento no desemprego e piora nas contas do governo, o que mostra o fracasso do ajuste recessivo realizado nos anos anteriores para a retomada do crescimento econômico.

Com a troca de governo em meados de 2016, o problema da inflação (que ultrapassava a casa dos dois dígitos em 2015) começou a ser definitivamente enfrentado.

¹ Ver Ipeadata – Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=1347352645>> Acesso em: 12/08/2019

A inflação crescente, aliada às políticas recessivas, atuavam como redutoras do poder de compra do trabalhador (OREIRO, 2017).

Uma das primeiras medidas adotadas pelo novo governo foi a Emenda Constitucional 95 de 2016, que vinculou o gasto primário do governo (despesas e investimentos) aos mesmos valores gastos no período anterior, corrigidos apenas pelo índice de inflação vigente, nos três níveis de governo, durante vinte anos (BRASIL, 2016). Segundo (PRATES et. al, 2019), no longo prazo, o objetivo desta proposta era diminuir o papel estatal na provisão dos direitos sociais garantidos pela Constituição de 1988 e na economia.

Aliada a isso, intensificou-se a agenda de austeridade fiscal na economia, combinada à política monetária recessiva (SANTANA; COSTA, 2018). Buscava-se reduzir o déficit público orçamentário, persistente por quatro anos até então. Nota-se que, ao invés de estimular a economia para sair da crise, o Estado atuava restringindo-a ainda mais, incapaz de gerar demanda e confiança para que o consumo e o nível de investimentos permitissem a aceleração econômica.

Aqui, cita-se que o governo foi falho em adotar tal caminho (austeridade fiscal e monetária) para que a crise fosse amenizada. Carvalho (2018, p.103) afirma que “quando o setor privado está em processo de desalavancagem, é o Estado que deve voltar a investir, gerando emprego e renda”. Não foi isso que se observou em 2015, 2016 ou 2017. Durante o governo Temer, não houve qualquer tipo de estímulo para políticas industriais expansionistas.

Outra medida importante elaborada no governo Michel Temer foi a reforma trabalhista, instituída pela Lei Nº 13.467 de 13 de julho de 2017. Segundo Prates et al (2019), essa reforma atuaria no sentido de incentivar a terceirização do trabalho e, conseqüentemente, a precarização do mesmo.

Em 2017, com o desemprego batendo níveis de 12% (mais de doze milhões e meio de pessoas desempregadas), a equipe econômica buscava, através da reforma, facilitar as condições de empregabilidade, beneficiando o lado do empregador, por meio de condições de trabalho mais flexíveis, folha salarial menos onerosa e menos custos de admissão e desligamento, além da diminuição do poder dos sindicatos.

Para Mattei (2018, p. 3), “tal reforma visava unicamente reduzir custos laborais com o objetivo de ampliar as margens de lucros empresariais, mesmo que legalizando a precarização do trabalho”. Desse modo, empregos diretos poderiam ser criados, maximizando a satisfação dos empresários, na esperança de se retomar um vigoroso crescimento econômico.

Há autores que defendem a terceirização como um mecanismo irreversível, que precisa ser regulamentada, mas faz parte da nova divisão do trabalho, gerando competitividade entre as empresas e dando mais condições de sobrevivência às mesmas. Dias e Silva (2017, p.155) denotam que “a terceirização, ao motivar novas empresas, origina novos empregos aumentando a arrecadação de impostos como o ISS, na área de serviços, sendo interessante também para o Estado”.

Porém, há também o debate sobre os malefícios permanentes que podem ser infligidos às relações de trabalho com a garantia institucional da possibilidade de terceirização. Analisando os impactos da reforma após um ano de vigência, Lúcio (2018), aponta que:

“A nova lei trouxe expressivos avanços para as empresas, materializados na desregulação das regras trabalhistas, na flexibilidade para contratar, definir jornada e reduzir os custos do trabalho. Os empregadores diminuíram riscos de passivos trabalhistas, conseguiram legalizar aspectos de precarização e, em algumas situações, a legalização do que até então era fraude ou prática antissindical. A autoridade dos sindicatos para representar e negociar pelos trabalhadores foi atacada e, para mantê-la, as entidades têm sido obrigadas a realizar esforços substantivos de resistência” (LÚCIO, 2018, p.3).

É certo que a reforma trabalhista implementada por Temer não colaborou para modificar o panorama do mercado de trabalho dos anos anteriores. O desemprego se manteve acima de dois dígitos. Segundo Velloso e Fett (2019), a reforma contribuiu para manter e aprofundar as altas taxas de desemprego, subocupações e desalento².

O ano de 2018 foi fortemente marcado por vigorosos debates na esfera política e econômica, em vista da eleição presidencial que ocorreria no final do ano. Com a entrada

² O desalento se refere às pessoas que desistiram de procurar emprego na semana de referência, ou se consideravam inexperientes, jovens demais ou idosos demais para o trabalho na ocasião da pesquisa.

do governo do presidente Jair Bolsonaro, a equipe econômica decidiu colocar a recuperação econômica em jogo através da aposta em uma Reforma Previdenciária.

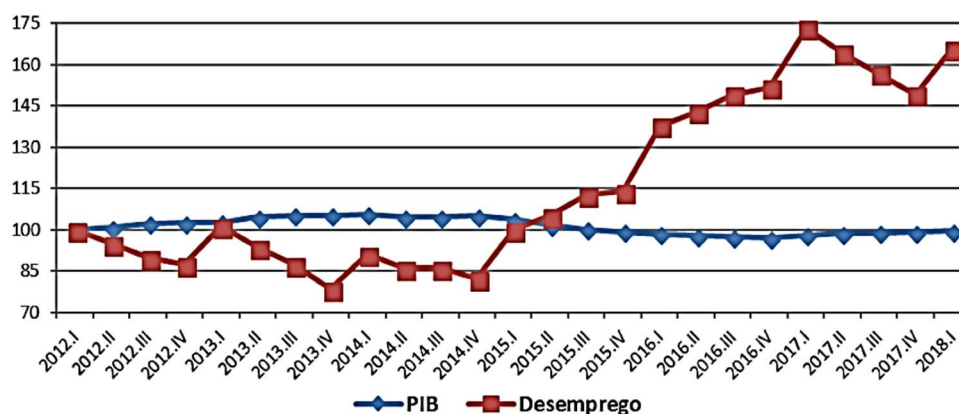
Essa reforma serviria como uma tentativa de economizar R\$1,07 trilhões em 10 anos, melhorando as finanças do governo e reduzindo a participação estatal na economia. Além disso, foram propostas redução de ministérios e diversos bloqueios e contingenciamentos nas diversas pastas ministeriais, para atender as restrições orçamentárias definidas em lei.

Segundo Carvalho e Junior (2019), o PIB no primeiro trimestre de 2019 recuou 0,2% em relação ao trimestre anterior, evidenciando a fraca dinâmica econômica e a ausência de estímulos para a economia. Os autores ainda afirmam que “o consumo das famílias segue restrito pela elevada taxa de desocupação na economia, acompanhada pela recente deterioração dos indicadores de confiança” (CARVALHO, JUNIOR, 2019, p.1).

Se demonstra uma tentativa arriscada da equipe econômica em colocar em uma Reforma na Previdência os impulsos necessários para que a formação bruta de capital fixo e o consumo das famílias resultem em melhoras expressivas no cenário econômico.

Fazendo um balanço da economia entre 2012 e 2018, percebe-se que o país passou pela pior recessão econômica de sua história. A figura 1 a seguir demonstra a comparação entre o desempenho do PIB e a evolução da taxa de desocupação entre 2014 e 2018, trimestre por trimestre, com o primeiro trimestre de 2012 sendo igual a 100.

Figura 1 – Evolução do PIB e da taxa de desemprego no Brasil 2012.1 – 2018.1 (trimestral)



Fonte: Pochmann (2018, p.11)

Ressalta-se a mudança do cenário econômico a partir de 2015. A taxa de desemprego vinha em queda em 2012, mas a partir do último trimestre de 2014 esse indicador dispara. Mesmo com ações de diferentes governos e equipes econômicas, não se conseguiu impulsionar a economia e, dada a conjuntura econômica, a elevação do desemprego foi um caráter marcante após 2015. Na seção a seguir, será discutida a relação do desemprego com a escolaridade, expondo pontos relevantes do debate.

4 DESEMPREGO *VERSUS* ESCOLARIDADE

O debate entre desemprego e escolaridade é rotineiro na economia, por isso é necessário retomar alguns aspectos derivados da teoria do capital humano. Segundo Biagioni (2006), essa teoria coloca o investimento em educação como fator preponderante para a inserção no mercado de trabalho, contribuindo para que o trabalhador consiga auferir uma ótima renda, em consoante ao desempenho dos postos de trabalhos que carecem de pessoas qualificadas.

Essa teoria tem sofrido com críticas de diferentes autores. De acordo com a vertente neoclássica, as características da oferta determinam a produtividade, no entanto, os conhecimentos adquiridos na escola não são capazes para estipular essa produtividade. Muito menos dizer que uma elevada escolaridade propicia a solidificação de um espaço no mercado de trabalho. Acerca da relação entre grau de escolaridade e taxa de desemprego e suas diferentes interpretações sobre o impacto que a mesma provoca sobre o mercado de trabalho em um determinado país, diversos estudos realizados encontraram a formato de U-invertido entre estas duas variáveis.

Dos trabalhos realizados para o Brasil mediante a existência do desemprego, Camargo e Reis (2005) realizaram um estudo, considerando a escolaridade e a taxa de desemprego sob a ótica da assimetria de informação. Para os autores, os níveis mais elevados de desemprego se apresentam em dois perfis: os semiquificados e os jovens.

No caso dos semiquificados, para indivíduos com escolaridade entre 4 e 10 anos, a taxa de desemprego mais elevada se justifica pelo fato deste grupo de pessoas apresentar heterogeneidade. Outro motivo seria pela assimetria de informação causada pela incapacidade dos empregadores de medir a produtividade dos mesmos apenas com

informações como anos de estudo. Já no caso do desemprego no perfil de jovens, o problema também se dá via assimetria de informação, visto que a avaliação das características dessas pessoas é conhecida apenas pela experiência no mercado de trabalho (CAMARGO; REIS, 2005).

De maneira geral, considerando as três classificações de escolaridade: qualificados, semiquualificados e não qualificados, a conclusão de que o grupo com nível de instrução intermediária é o mais atingido, é de comum acordo entre os diversos trabalhos para o Brasil.

Enquanto Camargo e Reis (2005) justificam o formato de U-invertido pela presença do maior desemprego no grupo dos semiquualificados ocasionado pela assimetria de informação presente entre empregadores. Barbosa Filho e Pessoa (2012) justificam este fato através da comprovação de que a taxa de desemprego é mais baixa entre as pessoas com baixa escolaridade e para indivíduos com superior completo, ou seja, a taxa de desemprego se relaciona com o U-invertido através dos ciclos escolares, sendo que os indivíduos com ensino fundamental completo e médio são os mais afetados.

O formato de U-invertido viabiliza questionar a concepção de que um alto nível de escolaridade possibilita a inserção e a consolidação de um emprego no mercado de trabalho. Na próxima seção será exposto a metodologia utilizada nesta pesquisa.

5 METODOLOGIA PROPOSTA POR CORSEUIL (1997) PARA A DECOMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO

Para a realização deste trabalho, fez-se necessário revisar pontos da bibliografia sobre o tema, cujo o objetivo foi expor como o desemprego é definido na literatura. Além disso, foram feitas considerações recentes do mercado de trabalho e da conjuntura econômica do país e pontos da relação desemprego e escolaridade. Assim, após essa revisão, nesta etapa da pesquisa, procura-se decompor o desemprego conforme as temáticas de Corseuil *et. al* (1997).

Consoante ao autor, a participação de grupo populacional *i* no desemprego de uma certa região pode ser decomposta pelo seguinte termo:

$$\frac{U_i}{U} = \frac{U_i}{N_i} \times \frac{N_i}{P_i} \times \frac{P_i}{P} \times \frac{P}{N} \times \frac{N}{U} \quad (1)$$

Em que:

U_i : número de pessoas desempregadas do grupo i ;

U : número total de desempregados;

N_i : número de pessoas do grupo i membros da PEA³;

N : número de membros da PEA da região pesquisada;

P_i : número de pessoas do grupo i membros da PIA⁴;

P : número de membros da PIA da região pesquisada;

A primeira equação pode ser reescrita pela seguinte forma:

$$\frac{U_i}{U} = \frac{U_i/N_i}{U/N} \times \frac{N_i/P_i}{N/P} \times \frac{P_i}{P} \quad (2)$$

Ao converter a segunda equação em forma logarítmica, tem-se:

$$\ln \frac{U_i}{U} = \left[\ln \frac{U_i}{N_i} - \ln \frac{U}{N} \right] + \left[\ln \frac{N_i}{P_i} - \ln \frac{N}{P} \right] + \ln \frac{P_i}{P} \quad (3)$$

Por meio da terceira equação, pode-se obter:

$$\Delta \ln \frac{U_i}{U} = \left[\Delta \ln \frac{U_i}{N_i} - \Delta \ln \frac{U}{N} \right] + \left[\Delta \ln \frac{N_i}{P_i} - \Delta \ln \frac{N}{P} \right] + \Delta \ln \frac{P_i}{P} \quad (4)$$

Diante do exposto na última equação, interpreta-se que a variação da participação das pessoas do grupo i no estoque de desempregados da região pesquisada dependerá de três termos:

- i) variação do desemprego do grupo em relação à variação do desemprego total da região pesquisada;
- ii) variação da participação na PEA do grupo em relação à variação da participação na PEA da região;
- iii) variação do peso do grupo na PIA da região pesquisada;

O primeiro termo concebe se o desemprego foi motivado pelo lado da demanda por trabalho. O segundo e terceiro termo compreendem mudanças pelo lado da oferta por trabalho, e possui características demográficas. Adotada essa metodologia, planeja-

³ População Economicamente Ativa.

⁴ População em Idade Ativa.

se apontar como os três componentes impactam as modificações na composição do desemprego no Brasil, verificando a sua intensidade e o seu sentido.

Para tanto, foram empregados os dados da PNADC do primeiro trimestre de 2018 e do primeiro trimestre de 2019. Os trimestres foram definidos na pesquisa por conta da transição política ocorrida no país. Destaca-se que a PNADC do primeiro trimestre de 2019 corresponde a mais recente disponível para consulta⁵. Isto posto, na próxima seção será analisada a mudança na composição do desemprego no Brasil, averiguando cinco variáveis: região, raça, idade, escolaridade e sexo.

6 MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO NO BRASIL

Nesta parte da pesquisa será exposta a análise da decomposição do desemprego no Brasil para o período analisado, com as respectivas variáveis escolhidas na metodologia do trabalho. Antes de iniciar a análise é interessante explicitar alguns pontos sobre as explicações. Os fatores relacionados à demanda por trabalho são demonstrados através da equação $[\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)]$ e os fatores pelo lado da oferta são corroborados pelas seguintes equações: $[\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)]$; $[\Delta \ln(P_i/P)]$. Essas duas últimas equações apresentam as variações da PEA e da PIA. Na tabela 1, serão apresentados os resultados para as regiões brasileiras.

Tabela 1 – Decomposição do desemprego no Brasil para o grupo de regiões, entre o primeiro trimestre de 2018 e primeiro trimestre de 2019.

Regiões	$\Delta \ln(U_i/U)$	$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	$\Delta \ln(P_i/P)$
Centro-Oeste	0,1179	0,0636	0,0167	0,0377
Nordeste	-0,0178	-0,0049	-0,0050	-0,0078
Norte	0,0572	0,0603	0,0018	-0,0050
Sudeste	-0,0160	-0,0094	-0,0026	-0,0039
Sul	0,0104	-0,0028	0,0038	0,0094

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC.

Ao averiguar a participação das regiões brasileiras no desemprego, nota-se que as regiões Centro-Oeste, Norte e Sul elevaram a sua contribuição no desemprego total, sendo que fatores relacionados à demanda foram preponderantes para o resultado, apresentando uma intensidade maior em relação aos fatores com características

⁵ Os dados da PNADC do IBGE podem ser acessados em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=microdados>>

demográficas. Dentre as regiões citadas, destaca-se a região Centro-Oeste, na qual foi a localidade com maior participação no desemprego total do país, representando 0,1179.

As regiões que reduziram as suas participações no desemprego, foram a região Nordeste e Sudeste. No Sudeste, a redução dos aspectos da demanda por trabalho foi importante para esta conclusão, mas no Nordeste a diminuição da variação da PIA teve um impacto mais forte para o resultado. Vale destacar a redução da taxa de participação dessas regiões na PEA, termo que é representado por $\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$. Na tabela 2, será demonstrada a decomposição do desemprego no país para as respectivas raças.

Tabela 2 – Decomposição do desemprego no Brasil para por cor ou raça, entre o primeiro trimestre de 2018 e primeiro trimestre de 2019.

Raça	$\Delta \ln(U_i/U)$	$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	$\Delta \ln(P_i/P)$
Branca	0,0008	0,0021	0,0022	-0,0034
Preta	0,0901	0,0297	0,0041	0,0562
Amarela	0,1264	-0,0287	-0,0064	0,1614
Parda	-0,0260	-0,0094	-0,0046	-0,0122
Indígena	0,6981	0,2684	0,1377	0,2919

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC.

A análise mostrou que por meio dos fatores relacionados a demanda por trabalho, as pessoas declaradas brancas, pretas e indígenas aumentaram as suas participações no desemprego total. Isto indica que há uma menor demanda por trabalho para essas respectivas raças no Brasil, sendo um dos principais aspectos que influenciaram esta conclusão. As pessoas declaradas amarelas também elevaram a sua contribuição no desemprego, porém o aumento da variação da PIA foi importante para este resultado, mesmo com a redução dos fatores da demanda por trabalho e da inserção da PEA.

Das raças mencionadas acima, ressalta-se a contribuição dos indígenas (0,6981), destacando a relevância do aumento da demanda por trabalho (0,2684) e da variação da PIA (0,2919). As pessoas pardas, ao contrário das outras raças, reduziram a sua participação no desemprego total do país, sendo a redução da PIA importante neste processo. Na tabela 3, verifica-se os resultados para os sexos feminino e masculino.

Se levada em consideração a discriminação no mercado de trabalho brasileiro que ainda persiste nos dias de hoje, verifica-se que os resultados foram de encontro com esse aspecto conjuntural. Visto que, a contribuição das pessoas brancas para o desemprego

foi mínima, quase zero. E ao analisar as pessoas de cor preta, como denominado pelo IBGE, observa que a sua participação no desemprego foi de aproximadamente 9%.

Tabela 3 – Decomposição do desemprego no Brasil por sexo, entre o primeiro trimestre de 2018 e primeiro trimestre de 2019.

Sexo	$\Delta \ln(U_i/U)$	$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	$\Delta \ln(P_i/P)$
Masculino	-0,0337	-0,0277	-0,4858	0,4799
Feminino	0,0313	0,0240	0,0076	-0,0003

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC.

Ao analisar as mudanças no desemprego do país para as mulheres e homens, averigua-se uma situação recorrente no mercado de trabalho brasileiro. As mulheres aumentaram a sua contribuição para o desemprego total do país, sendo que aspectos relacionados a demanda por trabalho foram importantes para a conclusão. Isto mostra uma menor demanda por trabalho para as mulheres no país nestes trimestres analisados.

Os homens reduziram a sua participação no desemprego total. A diminuição da sua inserção na PEA teve preponderância no resultado, mesmo com a elevação da PIA. A redução por demanda por trabalho captada pelo termo $\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$, também foi importante para que isso acontecesse, mostrando o inverso do que ocorre com as mulheres. Abaixo serão expostas as conclusões para a participação do grupo escolaridade no desemprego do país, na tabela 4.

Os resultados dessa análise foram esperados pelos pesquisadores, pelo fato da discriminação com as mulheres ainda persistirem no mercado de trabalho brasileiro. Os dados permitiram concluir que os homens reduziram a sua participação no desemprego, enquanto as mulheres aumentaram a sua contribuição.

Tabela 4 – Decomposição do desemprego no Brasil por escolaridade, entre o primeiro trimestre de 2018 e primeiro trimestre de 2019.

Escolaridade	$\Delta \ln(U_i/U)$	$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	$\Delta \ln(P_i/P)$
Analfabetos	-0,0956	0,0216	-0,0565	-0,0608
Fundamental	-0,0922	-2,3521	2,2680	-0,0081
Médio	-0,0834	-0,0288	-0,0211	-0,0334
Superior	0,0310	0,0169	0,0021	0,0119
Esp./Mes/Dou.	0,0771	0,0250	0,0026	0,0496

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC.

A redução da variação da PIA foi o aspecto que mais colaborou para que houvesse uma diminuição dos analfabetos e indivíduos com ensino médio na participação no desemprego do país. As pessoas com ensino fundamental também reduziram a

contribuição, porém, os fatores que captam a demanda por trabalho tiveram impacto importante para este resultado.

Os indivíduos com ensino superior, especialização, mestrado e/ou doutorado aumentaram as suas participações no desemprego total, sendo as características demográficas importantes nestas conclusões, destacando o aumento da variação da PIA. Com essas considerações, confirmam-se as evidências de Pochmann (2000), de que se alterou o perfil dos desempregados no mercado de trabalho brasileiro, atingindo também as pessoas qualificadas. Outro ponto que é importante nesta análise é a conclusão inversa do que a teoria do capital humano evidencia, pois os indivíduos com alto nível de escolaridade estão tendo dificuldades na inserção no mercado de trabalho.

A análise dos dados não foi satisfatória para os indivíduos que procuram obter mais anos de estudos, assim como os mestrandos, doutorandos, dentre outros. Os resultados permitiram concluir que essas pessoas aumentaram o seu peso no desemprego, enquanto indivíduos analfabetos, com ensino fundamental e ensino médio reduziram a sua participação no desemprego do país. Uma hipótese sobre essa problemática seria a questão atual do mercado de trabalho, visto que o trabalho ofertado é de alta precariedade e muita das vezes não necessita de um nível tão alto de escolaridade. E os indivíduos que detém de um maior nível de escolaridade não aceitarão qualquer emprego, sempre esperando oportunidades compatíveis com seu grau de instrução. Na tabela 5, serão apresentados os resultados para as idades definidas no estudo.

Tabela 5 – Decomposição do desemprego no Brasil para o grupo idade, entre o primeiro trimestre de 2018 e primeiro trimestre de 2019.

Idade	$\Delta \ln(U_i/U)$	$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	$\Delta \ln(P_i/P)$
14 a 29 anos	-0,0112	0,0184	0,0013	-0,0309
30 a 45 anos	0,0023	0,0049	0,0021	-0,0046
46 a 61 anos	0,0207	0,0010	0,0061	0,0136
Acima de 61 anos	0,1406	0,0563	0,0401	0,0441

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC.

A tabela 5 apresenta-se que os jovens (14 a 29 anos) reduziram a sua contribuição para o desemprego total, sendo que a diminuição destes indivíduos na PIA foi importante para o resultado. Vale ressaltar que esse decréscimo ocorreu, mesmo com o aumento dos jovens na PEA e dos aspectos relacionados a demanda por trabalho.

As demais idades elevaram a participação no desemprego do país, e isso se sucedeu devido a elevação dos fatores que captam o desemprego por meio da demanda por trabalho e da inserção destas pessoas na PEA. Dentre os perfis etários da tabela, destaca-se o aumento dos indivíduos com idade acima de 61 anos, que obtiveram a maior contribuição no desemprego, confirmando que estas pessoas com maior idade têm dificuldades de se inserir e permanecer no mercado de trabalho.

As análises permitiram concluir que, das variáveis verificadas, os grupos que mais colaboraram para o aumento do desemprego foram a região Centro-Oeste, os indígenas, as mulheres, os indivíduos com especialização, mestrado e/ou doutorado e por fim, as pessoas acima de 61 anos, sendo que os fatores que captam o desemprego por meio da demanda por trabalho foram relevantes para os resultados mencionados acima.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das diversas teorias que explicam o mercado de trabalho, considerou-se neste estudo duas vertentes principais: a abordagem clássica e a keynesiana. Com base na visão clássica, o desemprego é compreendido como uma decisão individual do próprio trabalhador, motivado por questões salariais. A vertente keynesiana é analisada de maneira geral, sendo o nível de atividade econômica importante para explicar o desemprego, no qual o mesmo pode ser voluntário ou involuntário.

A economia brasileira cresceu consideravelmente no período de 2004-2013, sendo isso fundamental para a criação de empregos e para a elevação da renda do trabalho. Essa situação também propiciou baixas taxas de desemprego, estimulada pela diminuição da PIA e da PEA. Logo após esse período, houve uma mudança no cenário econômico do país, afetando o mercado de trabalho nos anos posteriores.

Assim sendo, o presente trabalho teve como principal intuito verificar as mudanças na composição do desemprego no país nos primeiros trimestres de 2018 e 2019, com base nos dados da PNADC destes mesmos trimestres. Esta análise se fundamentou na metodologia de Corseuil *et. al* (1997).

Os resultados permitiram concluir que houve uma mudança no perfil dos desempregados do país, deixando claro que categorias que eram imunes ao desemprego,

passaram a ter dificuldades de entrada no mercado de trabalho brasileiro. Por meio das decomposições das variáveis selecionadas no trabalho, concluiu-se que os grupos: regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste; pessoas declaradas indígenas, brancas, pretas ou amarelas; mulheres; indivíduos com ensino superior, especialização, mestrado e/ou doutorado; pessoas com idade de 30 a 45 anos, 46 a 61 anos e acima de 61 anos; elevaram sua participação no desemprego do país. E os fatores relacionados a demanda por trabalho tiveram maior intensidade para os resultados. Desta maneira, propõe-se que a autoridade central trabalhe com políticas que incentivem a demanda efetiva, estimulando o nível de investimento.

REFERÊNCIAS

- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; SOUEN, J.; CAMPOS, G. Emprego e distribuição de renda. *Texto para discussão*, n. 298, p. 1-41, 2017.
- BALTAR, Paulo. *Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil*. Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (IPEA), 2015.
- BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; PESSÔA, SAMUEL. Uma análise da redução da taxa de desemprego. *Rede de Economia Aplicada, Working Paper*, v. 28, 2011.
- CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício Cortez. Desemprego: o custo da desinformação. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 381-425, 2005.
- CARVALHO, Laura. *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. Editora Todavia SA, 2018.
- CARVALHO, Leonardo M.; JÚNIOR, J. R. C. S. Atividade econômica: desempenho do PIB. *Carta Conjuntura*. v. 1, n. 43, 2019.
- CORSEUIL, C. et al. Determinantes da evolução da estrutura do desemprego no Brasil: 1986-1995. *Economia Aplicada*. São Paulo: USP, v. 1, n. 3, p. 443-467, 1997.
- DATHEIN, Ricardo. *O crescimento do desemprego nos países desenvolvidos e sua interpretação pela teoria econômica: as abordagens neoclássica, keynesiana e schumpeteriana*. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, 2000.
- DIAS, Jefferson Aparecido; DA SILVA, Tiago Nunes. A reforma trabalhista como mecanismo de reestruturação da economia brasileira. *Meritum, revista de Direito da Universidade FUMEC*, v. 12, n. 2, 2017.
- FROYEN, Richard. *Macroeconomia*. Editora Saraiva, 2003.
- GOMES, Carlos Eduardo et al. Transições no mercado de trabalho brasileiro e os efeitos imediatos da crise econômica dos anos 2010. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 2 (66), p. 481-511, maio-agosto 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em 03/08/2019.

- KREIN, José Dari et al. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores, 2018
- LÚCIO, Clemente Ganz. O novo mundo do trabalho é flexível, precário e inseguro. *CARTA SOCIAL*, p. 1, 2018.
- NEVES, Otávio Junio Faria; DA SILVA, Ana Márcia Rodrigues. O mercado de trabalho no Brasil: uma breve análise da relação entre renda do trabalho e escolaridade no ano de 2014. *Revista Debate Econômico*, v. 5, n. 1, p. 45-65, 2017.
- MAIA, Alexandre G. Perfil do desemprego no Brasil nos anos 2000. *Carta Social e do Trabalho*, Campinas, n. 6, p. 15-22, 2007.
- MANZANO, Marcelo; CALDEIRA, Christian Duarte. Dinâmica recente do mercado de trabalho brasileiro ainda nos marcos da CLT. Krein, JD; GIMENEZ, DM; SANTOS, AL Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil. Campinas, São Paulo: *Curt Nimuendaju*, 2018.
- MELLO, Gustavo; DE SOUZA SABADINI, Maurício; BRAGA, Henrique. Acumulação de capital, crise e mercado de trabalho no Brasil contemporâneo. *Revista Katálysis*, v. 22, n. 1, p. 15-35, 2019.
- OCIO, Domingo Zurrón. *O EMPREGO NA TEORIA ECONÔMICA*. Escola de Administração de Empresas de São Paulo Fundação Getúlio Vargas. NPP - Núcleo de Pesquisas e Publicações Série Relatórios de Pesquisa. Relatório de pesquisa nº 11/1995. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2951/Rel1195c_ompleto.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 03 de agosto de 2019.
- OREIRO, José Luis. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 75-88, 2017.
- POCHMANN, Marcio. Desempenho econômico conjuntural e a situação recente do trabalho no Brasil. *Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense*, v. 7, n. 13, p. 12-28, 2018.
- POCHMANN, Marcio. *Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. Estudos Avançados* 29 (85), 2015.
- POCHMANN, M. Raízes da grave crise do emprego no Brasil. In: GOMES, A. (Org.). *O trabalho no século XXI: considerações para o futuro do trabalho*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.
- PRATES, Daniela M.; FRITZ, Barbara; DE PAULA, Luiz Fernando. O desenvolvimentismo pode ser culpado pela crise? Uma classificação das políticas econômica e social dos governos do PT ao governo Temer. Texto para discussão. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio Janeiro, 2019.
- ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história: a economia brasileira em marcha à ré. Campinas: Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica/Unicamp, abr. 2017. (Nota do Cecon, 1). Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/NotaCecon1_Choque_recessivo_2.pdf. Acesso em: 7 ago. 2019.

- SANTANA, Priscila Martins de O.; COSTA, Laíse Stefany Santos. As políticas fiscal e monetária do Brasil no Governo Temer: deterioração da situação fiscal e recessão econômica. *Bahia Análise & Dados*, v. 27, n. 2, p. 175-189, 2018.
- SICSÚ, João. Brasil: é uma depressão, não foi apenas uma recessão. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 23, n. 1, 2018.
- SILVA, Fábio Bruno; MARTINS, Caroline Miriã Fontes; REZENDE, Vânia Aparecida. A RECESSÃO ECONÔMICA DE 2015 E SEUS IMPACTOS NOS REQUERIMENTOS DE SEGURO DESEMPREGO NO BRASIL. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, v. 13, n. 1, p. 45-67, 2019.
- TEIXEIRA, Anderson Mutter; MISSIO, Fabrício José. O "novo" consenso macroeconômico e alguns insights da crítica heterodoxa. *Economia e Sociedade*, v. 20, n. 2, p. 273-297, 2011.
- TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; DE ARAÚJO, Juliana Bacelar. MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO NORDESTE: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2004-2017. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 50, n. 1, p. 23-45, 2019.
- VELOSO, Nathana Dorio Cravo; FETT, Raquel Bernardo. DRENAGEM DO CAPITAL E DESESPERANÇA DO TRABALHADOR NO GOVERNO TEMER. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, v. 1, n. 1, 2019.